
1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Título: PETI DIREITO

Edital: Edital nº 21/2013/PRG/UFLA

Escopo do Grupo: Curso Específico / Direito (Bacharelado)

Bolsas solicitadas: 5 (cinco)

Resumo: O Grupo PETI DIREITO está vocacionado para o trabalho colaborativo, comprometido com sólida formação jurídica de seus integrantes a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aliada a uma postura empreendedora e reflexiva que fomenta a capacidade para a aprendizagem autônoma e dinâmica, mas também sensível às questões éticas, sociais e ambientais, não deixando de assumir papel ativo no aperfeiçoamento das instituições jurídicas brasileiras em respeito à função social da educação superior. Interessa-se em dialogar com grupos de pesquisa, nacionais e estrangeiros, de variadas áreas do conhecimento, buscando ações de mobilidade, publicações coletivas e trocas de experiências e saberes. Atua, prioritariamente, nas seguintes áreas: Direitos Humanos e Justiça; Bioética e Teoria do Direito; Educação e Tecnologias.

2. TUTOR

Tutor: Gustavo Pereira Leite Ribeiro / DAE

Titulação: Doutor em Direito (2010)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4769799502536981>

E-mail: gustavoleiteribeiro@gmail.com

Telefone / Celular: (35) 3829-4501 / (31) 8806-3442

Resumo: O candidato é Doutor (2010) e Mestre (2004) em Direito, tendo realizado estágio de investigação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, como bolsistas da CAPES/PDEE. É professor adjunto, em regime de dedicação exclusiva, na Universidade Federal de Lavras, estando lotado no Departamento de Administração e Economia. Atua no magistério superior há mais de dez anos, com experiência no oferecimento de disciplinas jurídicas em cursos de graduação e pós-graduação, orientação científica e trabalhos de conclusão de curso e gestão acadêmico-administrativa. Atualmente, leciona disciplinas no curso de graduação em Direito; é membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Direito; é membro do Colegiado do curso de graduação em Direito; é coordenador-adjunto do curso de graduação em Direito; lidera o grupo de pesquisa Laboratório de Bioética e Direito, que reúne alunos dos cursos de graduação em Direito e Ciências Biológicas. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente: Direitos da Pessoa Humana e Direito Biomédico.

3. CONTEXTO E ARTICULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Desde suas raízes, com a criação da Escola Agrícola de Lavras, em 1908, alterando seu nome para Escola Superior de Agricultura de Lavras, em 1938, passando pela federalização promovida pela Lei nº 4.307, em 1963, e, finalmente, assumindo a condição de universidade pela Lei nº 8.956, em 1994, a UFLA se mostra vocacionada para o ensino e a pesquisa de excelência na área das ciências agrárias, além de comprometida com o desenvolvimento regional a partir de pioneira atuação extensionista.

Em 1997, iniciou sua inserção em outras áreas do conhecimento, com a criação de cursos ligados aos setores de engenharia, computação e saúde. Em 2003, ofereceu o primeiro curso de licenciatura, assumindo importante papel na formação de professores para a educação básica da região e, no ano de 2007, lançou os primeiros cursos noturnos, estimulando a ampliação do acesso à universidade por estudantes de diversos extratos sociais. O ano de 2010 marcou sua inserção na área das ciências humanas e ampliação da área de ciências sociais aplicadas, consolidando-se como uma universidade plural.

Em 2012, inaugurou o curso de Direito, ofertado no período noturno, com 120 vagas anuais, tendo sido precedido pela manifestação favorável da Comissão Nacional de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assim como pela atribuição de

nota máxima pela Comissão de Avaliação do INEP/MEC. O curso de graduação foi autorizado pela Portaria nº 121, de 05 de julho de 2012, expedida pelo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, e publicada no D.O.U. de 06/07/2012.

Nos últimos anos, especialmente com a adesão ao REUNI, a UFLA concentrou seus esforços na criação de novos cursos, com significativa ampliação de suas áreas de atuação, na melhoria dos projetos pedagógicos dos cursos consolidados, na contratação de pessoal docente qualificado e no investimento em infraestrutura.

Atualmente, são oferecidos 30 cursos de graduação (24 presenciais, dos quais 8 são noturnos e 6 na modalidade a distância), nas variadas áreas do conhecimento, com oferta anual de aproximadamente 3.000 vagas. Na pós-graduação, são 48 cursos (20 doutorados, 23 mestrados acadêmicos e 5 mestrados profissionais), com cerca de 2.000 estudantes. Conta-se mais de 500 professores, dos quais 90% com titulação de doutor e 100% atuando em regime de dedicação exclusiva. Existem 162 laboratórios setoriais, distribuídos em 17 departamentos didático-científicos, todos dotados de boas edificações e equipamentos básicos necessários às abordagens disciplinares.

A UFLA apresenta excelente rendimento em diversas avaliações. No IGC 2007, recebeu índice contínuo de 3,70, aparecendo na 15ª posição entre 177 universidades. Em 2008, figurou na 5ª posição entre as melhores universidades do país, apresentando índice contínuo de 4,05. Em 2009, com índice contínuo de 4,20, estava ranqueada como a 1ª de Minas Gerais e a 3ª do Brasil. No IGC 2010, recebeu o maior índice contínuo entre as universidades federais, sendo a 1ª entre todas as universidades de Minas Gerais e a 2ª entre todas as universidades brasileiras, públicas e privadas.

Em 2011, a UFLA foi agraciada com o Prêmio SciVal Brasil, lançado pela Editora Elsevier com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), como reconhecimento pelo maior crescimento da produção científica entre as instituições de ensino e pesquisa avaliadas pela Capes, no período de 2006 a 2010. Em 2012, conquistou significativa evolução no ranking das 250 melhores universidades da América Latina, na segunda edição do *Quacquarelli Symonds University Rankings*, ocupando a 85ª posição, no seletor grupo das 100 melhores universidades latinas de 19 países.

Com efeito, os avanços experimentados, tanto na permanente melhoria da qualidade da educação superior pública quanto no papel da universidade como agente de transformação social,

constituem resultado de esforço coletivo, que se articula a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI é um documento elaborado pela UFLA, com ampla participação de seus professores, alunos e técnicos administrativos, no qual se expressam diversos elementos que compõem a identidade da instituição, como sua missão e filosofia de trabalho, sua estrutura organizacional, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, as atividades acadêmicas que pretende desenvolver, entre outros, fixando-se também os objetivos, as metas e as ações para determinado período. Atualmente, vigora o instrumento projetado para o período de 2011-2015.

De acordo com o PDI, a missão da UFLA é manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, formando cidadãos e profissionais qualificados, produzindo conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e disseminando a cultura acadêmica, o conhecimento científico e tecnológico na sociedade.

Com sua política institucional de ensino, a UFLA objetiva formar e qualificar profissionais, docentes e pesquisadores comprometidos com a ética e a cidadania, por meio da oferta de ensino presencial e a distância de alta qualidade na graduação e na pós-graduação.

Em todos os cursos de graduação, encontram-se conteúdos curriculares que abordam, entre outros, problemas envolvendo sociedade, natureza e desenvolvimento, relações globais e locais, humanidades, produção de conhecimento, comunicação e expressão, pensamento lógico e fundamentos de empreendedorismo, que estimulam o espírito crítico e reflexivo dos estudantes, além de sua responsabilidade social. Ganham relevo as mais diversas atividades realizadas pelos alunos de acordo com suas aptidões, como congressos, iniciação científica, ações de extensão, monitorias, disciplinas eletivas, estágios nacionais e internacionais, que são consideradas componentes curriculares obrigatórios e lançadas no histórico escolar, operando-se, assim, ampla flexibilização da formação universitária. Uma nova dinâmica para o processo ensino-aprendizagem está sendo construída a partir de ferramentas tecnológicas, como os ambientes virtuais de aprendizagem, associadas a lousas digitais e salas de aulas mais confortáveis.

Entre as metas e as ações estratégicas relacionadas com o ensino de graduação, destacam-se, no quinquênio, as seguintes: aprimorar continuamente a formação dos alunos de forma a atender às demandas da sociedade; estimular novas abordagens pedagógicas nas quais o estudante seja o

centro do processo educativo; intensificar a utilização de metodologias e tecnologias próprias da modalidade a distância nos cursos presenciais; aperfeiçoar as condições de infraestrutura e ambiência das salas de aula e laboratórios; desenvolver material didático apropriado para ensino com o auxílio das tecnologias de comunicação e informação; estimular o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade; reduzir índices de retenção e evasão dos cursos; oferecer treinamento aos discentes sobre técnicas de estudo.

Com sua política institucional de pesquisa, a UFLA objetiva gerar conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade, estimular e viabilizar a formação de grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dentro dos padrões éticos estabelecidos pelas leis brasileiras.

Valoriza-se a prática da pesquisa científica, considerada princípio formativo para a construção do conhecimento, estimulando-se o trabalho colaborativo, a autonomia e a criatividade dos alunos. Mais do que isso, entende-se que as demandas sociais, atuais e futuras, podem ser identificadas, soluções podem ser propostas e, cumulativamente, inovações tecnológicas podem ser disponibilizadas para a comunidade, permitindo-se que a universidade exerça papel relevante no desenvolvimento regional.

Entre as metas e as ações estratégicas relacionadas com a pesquisa, destacam-se, no quinquênio, as seguintes: estimular a maior participação dos docentes, estudantes e técnicos administrativos, por meio de grupos de pesquisa, nas atividades de investigação voltadas para as prioridades regionais e nacionais; contribuir para a maior inserção internacional da universidade, estimulando a interação com grupos estrangeiros de pesquisa e a publicação em jornais de alto fator de impacto; formar novos grupos de pesquisa em áreas pouco exploradas e fortalecer os grupos de pesquisa emergentes para impulsionar a criação de cursos de graduação e programas de pós-graduação; intensificar a pesquisa em educação a distância, por meio da consolidação de, pelo menos, um grupo de pesquisa e executar, pelo menos, um projeto de pesquisa, por ano, por grupo; aumentar a produção científica e tecnológica e melhorar a visibilidade das publicações; aumentar a captação de recursos para a pesquisa em agências de fomento nacional e internacional.

Com sua política institucional de extensão, a UFLA objetiva incrementar a relação bidirecional entre universidade e sociedade, com vistas a produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico gerado pela universidade, no âmbito regional, estadual, nacional e

internacional, por meio de publicações e ações extensionistas que promovam o desenvolvimento cultural, socioeconômico e ambiental da sociedade.

Sabe-se que a universidade não é proprietária de um conhecimento pronto e acabado, assim como não pode mais ostentar a imagem, outrora consagrada, de uma torre de marfim, imune às influências do seu entorno. Por meio da extensão se estabelece uma interação dialógica entre a universidade e outros setores sociais, que propicia a troca de saberes e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social, além de se criarem excelentes oportunidades para o exercício de cidadania. O compartilhamento do conhecimento ultrapassa as salas de aula, ampliando-se com a integração entre ciência e as diversas manifestações culturais. Desse modo, a extensão se apresenta como condição fundamental para a formação plena dos estudantes, atualização da comunidade acadêmica e desenvolvimento da região que acolhe a universidade, não podendo ser confundida com mero assistencialismo.

Entre as metas e as ações estratégicas relacionadas com a extensão, destacam-se, no quinquênio, as seguintes: fomentar a promoção de ações transformadoras da sociedade; incrementar os projetos de extensão e cultura; estreitar o relacionamento da universidade com a comunidade; ampliar o atendimento aos estudantes do ensino médico da região em atividades científicas e tecnológicas da universidade; estimular a criação de núcleos de estudos, principalmente em áreas relacionadas com novos cursos; estabelecer parcerias com núcleos culturais da cidade e da região; desenvolver e promover práticas de artes cênicas e circenses; desenvolver e promover mostras de artes visuais e exposições em geral; instalar núcleo de folclore e cultura popular; criar programa que viabilize o exercício da cidadania pelo discente, no município que sedia a universidade.

Em razão do exposto, pode-se afirmar que a UFLA oferece condições adequadas para a implantação de novo Grupo PETI, contando metas e ações estratégicas ajustadas aos objetivos enunciados no art. 2º, da Portaria MEC 976/2010.

Por sua vez, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito (PPC) expressa e reforça o compromisso institucional com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o ensino público e gratuito de qualidade, com o desenvolvimento social, econômico e ambiental do país, com a valorização humana e profissional dos docentes e discentes.

De acordo com o instrumento em questão, almeja-se formar profissional de alto nível técnico, com habilidades e competências necessárias ao exercício das diversas profissões jurídicas, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica, mas também sensível às questões sociais e ambientais, comprometendo-se com a melhoria da realidade brasileira a partir do respeito incondicional aos direitos humanos.

Espera-se assegurar ao estudante condições adequadas para desenvolver e aprimorar as seguintes habilidades e competências: ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a utilização da técnica necessária; interpretar e aplicar o direito de forma a resolver conflitos individuais e sociais emergentes; pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a literatura especializada e outras fontes do direito; atuar em diferentes instâncias administrativas ou judiciais; utilizar a adequada terminologia jurídica; utilizar raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica em sua atuação profissional; julgar e tomar decisões com segurança; dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do direito; atuar como agente conciliador, utilizando as formas alternativas de resolução de conflitos; desenvolver a ciência do direito mediante o estudo do momento histórico e dos fundamentos sociais, políticos, econômicos que ensejaram a formulação da legislação e das instituições jurídicas; proporcionar uma profunda reflexão acerca da conexão entre a vida humana e as questões ambientais; fomentar o desenvolvimento de projetos socioambientais e agrários a partir dos direitos humanos.

O curso de graduação organiza-se em três eixos interligados.

No eixo de formação fundamental, busca-se integrar o estudante no campo da experiência jurídica, estabelecendo suas relações com outras áreas do saber, com forte preocupação reflexiva e humanista, não se deixando de contemplar questões sobre leitura e produção de texto, pensamento lógico, formação do conhecimento científico, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

No eixo de formação profissional, pretende-se explorar as especificidades dos diversos setores do fenômeno jurídico, por meio de abordagem crítico-dogmática, sem se descuidar da dimensão sistemática, procurando incentivar o aluno a conhecer, interpretar e aplicar as normas jurídicas com rigorosidade metódica, não deixando de levar em conta os dinâmicos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que caracterizam a realidade brasileira.

No eixo de formação prática, objetiva-se a integração entre a experiência da atuação profissional e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, especialmente por meio de atividades relacionadas com o estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, valorizando-se também a aproximação do estudante aos problemas e demandas sociais a partir das ações de extensão.

Destaque-se que a integralização curricular é satisfeita com 3.713 horas, das quais 2.692 horas são destinadas às disciplinas obrigatórias. Com efeito, o currículo mostra-se bastante flexibilizado, com 272 horas destinadas às disciplinas eletivas, 374 horas destinadas aos estágios, 136 horas destinadas ao trabalho de conclusão de curso e 370 horas destinadas às atividades complementares.

4. BREVE JUSTIFICATIVA

Além das considerações apresentadas no sexto tópico, a presente proposta se justifica por três razões.

Em primeiro lugar, a proposta apoia curso de graduação recém-implantado, que demanda constantes estímulos para sua consolidação, criação de equipes de extensão e grupos de pesquisa e estabelecimento de forte interação entre docentes, discentes e técnicos, que podem ser alcançados a partir da atuação do Programa de Educação Tutorial.

Em segundo lugar, a proposta inova ao apoiar-se em relevantes instrumentos estratégicos para estabelecer ações de ensino, pesquisa e extensão, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e a Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Com efeito, as ações do grupo mostram-se idôneas para interferir na solução de problemas sociais reconhecidamente inseridos na agenda contemporânea.

Em terceiro lugar, a proposta contribui para a ampliar a inserção do Programa de Educação Tutorial na subárea do Direito. No país, apenas seis grupos estão vinculados a curso de Direito, o que representa menos de 1% (MEC, 2012). Levando em conta os 1.164 cursos de Direito em atividade (eMEC, 2012), verifica-se que menos de 0,5% são apoiados pelo Programa de Educação Tutorial.

5. OBJETIVOS

Geral:

- Constituir um grupo de trabalho colaborativo, comprometido com sólida formação jurídica de seus integrantes a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aliada a uma postura empreendedora e reflexiva que fomente a capacidade para a aprendizagem autônoma e dinâmica, mas também sensível às questões éticas, sociais e ambientais, não deixando de assumir papel ativo no aperfeiçoamento das instituições jurídicas brasileiras em respeito à função social da educação superior.

Específicos:

- Facilitar a adaptação de estudantes à dinâmica do ensino universitário por meio de oficinais e treinamentos sobre técnicas de estudo e pesquisa, levando em conta os diversos estilos de aprendizagem;
- Experimentar e divulgar métodos de ensino participativo, como estudo de caso, diálogo socrático, seminário, pesquisa empírica, *role-play* e *problem-based learning*.
- Incentivar o uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação, associados à produção de materiais didáticos adequados;
- Organizar e apoiar visitas técnicas e eventos científicos e culturais, que permitam aos estudantes dialogar com profissionais de atuação destacada, conhecer exigências do mercado de trabalho e conhecer as peculiaridades das diversas profissões jurídicas associadas à formação acadêmica;
- Realizar pesquisas sob enfoque crítico-dogmático, assim como diagnósticos jurisprudenciais e estudos de direito comparado, sobre dilemas bioéticos e direitos humanos;

- Contribuir para a difusão de uma cultura de direitos humanos, especialmente a partir de ações de extensão destinadas aos professores do ensino fundamental público, aos alunos do ensino fundamental e ensino médio e aos estudantes universitários;
- Interagir com grupos de pesquisa, nacionais e estrangeiros, viabilizando ações de mobilidade, publicações coletivas e trocas de experiências e saberes;
- Impulsionar a mobilização dos demais estudantes e professores do curso apoiado para constituição de equipes de pesquisa, ensejando a criação de programa de pós-graduação, com linhas de investigação bem delimitadas;
- Criar líderes, comprometidos com o trabalho colaborativo, os direitos humanos e o desenvolvimento socioambiental;

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta mostra-se articulada não apenas com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), que contém seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), mas também com o Projeto Pedagógico do Curso de Direito (PPC). Ambos, por sua vez, encontram-se alinhados com os objetivos do Programa de Educação Tutorial, expostos na Portaria MEC 976/2010.

Com a descrição dos indicadores seguintes, poderá se concluir que a proposta concorre para implementação de várias metas das políticas de ensino, pesquisa e extensão, estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foram indicadas acima.

6.1. Utilização de metodologias e tecnologias de apoio à aprendizagem

O grupo seguirá metodologia de trabalho colaborativo, que favorece a utilização de métodos de ensino participativo, como estudo de caso, diálogo socrático, seminário, pesquisa empírica, *role-play* e *problem-based learning*. Trata-se de um processo de trabalho articulado e pensado em conjunto, que permite alcançar melhor os resultados visados, com base no enriquecimento trazido pela interação dinâmica de vários saberes específicos e de vários processos

cognitivos em colaboração. Desse modo, os membros do grupo são estimulados a se apoiarem, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade das ações.

Diversas tecnologias de informação e comunicação serão utilizadas para aperfeiçoar o trabalho colaborativo entre seus integrantes do grupo; divulgar suas atividades; publicar os resultados de suas ações; propiciar o intercâmbio com equipes de pesquisa, nacionais e estrangeiros; permitir contato com profissionais de reputação destacada, no país e no exterior; criar banco de dados para armazenamento de seus produtos e demais informações colhidas; acender fontes doutrinárias, legislativas e jurisprudências, nacionais e estrangeiros; instrumentalizar a coleta de dados para pesquisas empíricas; desenvolver recursos didáticos, inclusive aplicações de realidade virtual.

Entre as ferramentas que poderão ser utilizadas, destacam-se *Moodle, Second Life, Blogger, Orkut, Facebook, LinkedIn, Skype, Web-conferência, YouTube, TeacherTube, SketchUp, Google Docs, Google Agenda, Google Talk, Scribd, HotPotatoes, Prezi, Gliffy, CourseLab, GroupTable, Wikispaces, iSpring.*

6.2. Relação com a sociedade

Por meio da extensão se estabelece uma interação dialógica entre a universidade e outros setores sociais, que propicia a troca de saberes e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social, além de se criarem excelentes oportunidades para o exercício de cidadania, não se confundido com mero assistencialismo. Trata-se de exigência indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no desenvolvimento da comunidade, razão pela qual, na presente proposta, optou-se por seguir, em relevante medida, o conceito, as diretrizes, os princípios e os objetivos expostos na Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que é resultado de amplo processo de deliberação, realizado nos últimos três anos, tanto no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras quanto no âmbito das próprias Instituições Públicas de Educação Superior.

As ações do grupo serão orientadas para a divulgação e a educação em direitos humanos. Com efeito, optou-se por duas áreas de atuação prioritária, entre as oito identificadas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária: Direitos Humanos e Justiça; Educação.

O grupo pretende realizar oficinas e treinamentos para capacitação dos professores do ensino fundamental, provenientes de escolas públicas situadas no entorno da universidade; identificar, disponibilizar e produzir materiais pedagógicos e lúdicos destinados à divulgação e educação em direitos humanos, voltados aos alunos do ensino fundamental provenientes das escolas públicas situadas no entorno da universidade; promover simulações, seguindo modelos de deliberação parlamentar, júri popular e conferência diplomática, destinadas aos alunos do ensino médio, público e privado, provenientes de escolas situadas no entorno da universidade; organizar eventos, como mostras de filmes, exposições fotográficas e debates, sobre direitos humanos e seus mecanismos de proteção nacionais e internacionais, com foco nos desafios e problemas enfrentados nas diversas áreas de conhecimento associadas aos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela universidade, destinados, assim, precipuamente, aos membros da comunidade acadêmica.

Optou-se por seguir várias diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), no qual a educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito, articulando as seguintes dimensões: apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Sabe-se que a educação é objeto de direito autônomo, mas também se apresenta como um meio indispensável para o acesso a outros direitos. O exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas jurídicas que os protegem.

6.3. Formação pedagógica dos bolsistas

A proposta está comprometida com a elevação do desempenho acadêmico dos bolsistas. Pretende-se diagnosticar os estilos de aprendizagem dominantes em cada bolsista, oferecendo-lhe, a

seguir, ferramentas para aprimorar seu processo de aprendizagem. Espera-se também proporcionar aos bolsistas oportunidades para experimentarem estratégias pedagógicas comprovadamente eficazes, mas, infelizmente, pouco utilizadas no cotidiano universitário brasileiro, como estudos de caso, análises estruturada de jurisprudência e aprendizagem baseada em problemas.

Cada bolsista manterá um portfólio, no qual registrará, entre outros, experiências significativas, dúvidas na compreensão de determinados assuntos, reflexões e impressões sobre temas de seu interesse, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, metas e resultados de desempenho acadêmico, perspectivas profissionais e participação em eventos científicos e culturais, viabilizando a própria reflexão sobre o desenvolvimento tanto acadêmico quanto pessoal, associada ao aconselhamento pelo tutor.

O grupo privilegiará o trabalho colaborativo, que não se resume a simples mobilização de um conjunto de pessoas para execução de tarefas determinadas. As diversas atividades indicadas ao longo desta proposta não serão apenas executadas mediante atuação conjunta de bolsistas e tutor, mas também planejadas, priorizadas e avaliadas a partir da interação entre todos os membros do grupo. O trabalho colaborativo pressupõe que os integrantes do grupo compartilhem as decisões tomadas e a responsabilidade pelos resultados alcançados.

O grupo manterá contato com profissionais da área mediante a organização de visitas técnicas e eventos científicos e culturais, assim como a partir de ações voltadas ao diagnóstico do mercado de trabalho e à divulgação das peculiaridades das diversas profissões jurídicas. Além disso, pretende-se estabelecer intercâmbio com grupos de pesquisa, brasileiros e estrangeiros, viabilizando ações de mobilidade, publicações coletivas, trocas de experiências e saberes.

Os demais alunos da universidade também serão beneficiados pelas ações do grupo, podendo participar de oficinas de adaptação à vida acadêmica, eventos científicos e culturais, visitas técnicas, projetos de pesquisa, grupos de estudo e ações de extensão, além de aproveitar os recursos didáticos e as publicações que serão produzidos.

6.4. Avanços na área de ensino, pesquisa e extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito facilita a integralização curricular, com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação docente e avaliação, das atividades do Programa

de Educação Tutorial. Como já destacado, o currículo do curso mostra-se bastante flexibilizado, com 272 horas destinadas às disciplinas eletivas, 374 horas destinadas aos estágios, 136 horas destinadas ao trabalho de conclusão de curso e 370 horas destinadas às atividades complementares.

Por sua vez, as atividades complementares são componentes enriquecedores e complementadores do perfil do formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade, mostrando-se, assim, expediente adequado para promover a integração curricular das atividades do Programa de Educação Tutorial.

Espera-se que as ações do grupo causem impactos positivos na comunidade acadêmica do curso apoiado, contribuindo para o desenvolvimento de cultura que valorize a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a partir da aplicação de estratégias didáticas inovadoras.

As atividades de extensão voltadas para a educação em direitos humanos oferecem condições para mobilização de parcela significativa de estudantes do curso, proporcionando-lhes oportunidades para o desenvolvimento de habilidades relacionadas com espírito crítico e reflexivo, pensamento complexo e problemático, empreendedorismo e inovação, expressão e comunicação, criatividade, responsabilidade social e trabalho em equipe.

As atividades de ensino relacionadas com oficinas e treinamentos oferecidos pelos bolsistas aos demais alunos do curso contribuem para a elevação do desempenho acadêmico de todos, na medida em que se apresenta centrada no desenvolvimento de habilidades necessárias ao estudo eficiente de disciplinas jurídicas. Além disso, as atividades de ensino podem contribuir para popularização de novos recursos didáticos e métodos de ensino participativo, como estudo de caso, diálogo socrático, seminário, *role-play* e *problem-based learning*, junto ao corpo docente do curso, estimulando sua incorporação no cotidiano acadêmico.

As atividades de pesquisa suportam, substancialmente, as atividades de ensino e pesquisa, privilegiando a interdisciplinaridade, a produção de conhecimento emancipador, a criação de tecnologias para solução de problemas sociais, sem deixar de propiciar aos estudantes e professores importantes reflexões sobre os padrões éticos na investigação científica, a proteção dos interesses

dos sujeitos de pesquisa, a utilização de dados colhidos indevidamente e o compartilhamento dos cursos e benefícios decorrentes da pesquisa científica. Além disso, manifesta-se forte interesse em capacitar os estudantes para pesquisas empíricas, que são pouco frequentes na área, mas imprescindíveis para verificação, por exemplo, de eficácia, social e técnica, de diversas instituições jurídicas.

Entre os produtos gerados pela ação do grupo, espera-se encontrar materiais didáticos para o ensino jurídico apoiado por tecnologias de informação e comunicação, publicações de resultados de pesquisa em periódicos científicos e anais de eventos científicos, cursos sobre técnicas de estudo e pesquisa, treinamentos sobre educação em direitos humanos, entre outros. Além disso, almeja-se impulsionar a mobilização dos demais estudantes e professores para constituição de outras equipes de pesquisa, que poderão ensejar a criação de programa de pós-graduação, com linhas de pesquisa consolidadas.

6.5. Contribuição da proposta para a redução da evasão e da retenção

Não existem taxas de evasão e retenção a serem apresentadas. Convém assinalar que as atividades de ensino do curso em questão foram inauguradas apenas no segundo semestre letivo do ano passado.

A evasão e a retenção são fenômenos complexos, que atingem as instituições de ensino em geral, com forte impacto na eficiência dos sistemas educacionais. São determinados por uma multiplicidade de fatores, internos e externos, com estreito inter-relacionamento. Consultou-se ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas*. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

Os fatores internos às instituições estão relacionados com falta de clareza do projeto pedagógico, desatualização da matriz curricular, rígida cadeia de pré-requisitos, formação pedagógica insuficiente ou desinteresse do docente, ausência de programas institucionais de apoio ao estudante, cultura institucional de desvalorização da docência, insuficiente infraestrutura, entre outros.

Os fatores externos às instituições estão associados a características individuais do estudante, assim como a aspectos inerentes ao mercado de trabalho, desvalorização da profissão, dificuldades financeiras, qualidade do ensino básico. No que diz respeito às idiossincrasias do aluno, destacam-se sua personalidade, formação escolar anterior, escolha precoce da profissão, habilidades de estudo, dificuldade de adaptação à vida universitária, desinformação sobre a natureza do curso e possibilidades profissionais, entre outros.

Na dimensão dos fatores internos, pode-se, felizmente, contabilizar variadas providências destinadas à redução dos índices de evasão e retenção, levadas a cabo pela UFLA, como: frequente atualização dos projetos pedagógicos de cursos; flexibilização curricular; institucionalização do programa de atividade vivencial; ampliação física da biblioteca universitária, com atualização e expansão do acervo; empréstimo de computadores portáteis e acesso gratuito à internet sem fio em todo *campus* universitário; revitalização e construção de espaços de convivência; implantação do programa de qualidade de vida; ampliação dos programas de bolsas acadêmicas e assistência ao estudante; oferecimento de diversas oficinas e treinamentos para capacitação pedagógica dos docentes, cuja participação e aproveitamento são levados em conta na avaliação do estágio probatório e progressão na carreira.

Na dimensão dos fatores externos, as iniciativas parecem insuficientes. Por isso, optou-se pelo enfrentamento de causas que dificultam a adaptação dos estudantes à vida universitária e superação dos desafios instrumentais associados ao estudo jurídico. Além disso, sabe-se que as taxas de evasão e retenção no primeiro ano dos cursos de graduação são, em geral, bem maiores do que os índices registrados nos anos seguintes.

Serão realizados, ao menos, três conjuntos de ações, com forte interação:

Ações de pesquisa, voltadas para investigação sobre os diversos estilos de aprendizagem e identificação de estratégias didáticas associadas a cada estilo. A aprendizagem é um fenômeno multifacetado, que pode ser experimentado de várias maneiras. Pessoas diferentes aprendem de maneira diversa, mobilizando, mais ou menos, recursos cognitivos variados, razão pela qual se mostra adequado oferecer aos alunos atividades que explorem diferentes estilos de aprendizagem. Com efeito, os resultados da investigação podem subsidiar a elaboração de planos de aulas pelos professores do curso, auxiliar o planejamento e execução das atividades de extensão e capacitação a

serem empreendidas pelos bolsistas e influenciar a escolha de estratégias de estudo pelos demais estudantes do curso.

Ações de ensino, voltadas para integração dos alunos à dinâmica dos estudos universitários. Não raras vezes, o estudante, recém-ingressado na universidade, não conta com instrumentos rudimentares para enfrentar as exigências de uma nova aprendizagem. Em geral, o ensino básico centra-se na transferência de informações, que permite o estudante enfrentar situações conhecidas mediante procedimentos conhecidos, favorecendo uma postura passiva. Por sua vez, no ensino universitário, espera-se que o estudante enfrente não apenas problemas conhecidos, comprometendo-se com a construção de soluções inéditas e a melhoria das soluções existentes, assumindo uma postura ativa, crítica e dinâmica.

Neste escopo, em equipes de dois ou três membros, os bolsistas, apoiados pelo tutor, desenvolverão oficinas sobre temas relacionados com gestão do tempo, planejamento do estudo, técnicas de leitura dinâmica, técnicas de leitura estruturada, elaboração de fichamentos, elaboração de resumos, elaboração de resenhas, elaboração de mapas conceituais, funcionamento de grupos de estudo, preparação para provas e exames, preparação para seminários, preparação para estudos de caso, utilização de editores de textos para fins acadêmicos, utilização de planilhas eletrônicas para fins acadêmicos, utilização de apresentações digitais para fins acadêmicos, normalização de trabalhos científicos, redação jurídica, comunicação verbal, pesquisa bibliográfica, pesquisa jurisprudencial, pesquisa legislativa, análise estruturada de legislação, análise estruturada de decisões judiciais, métodos de direito comparado etc.

Trata-se, evidentemente, de uma atividade com efeito multiplicador, podendo atingir parcela significativa de estudantes do curso, além de outros matriculados em cursos congêneres. Destaque-se que a atividade também poderá ser executada com apoio de recursos tecnológicos, como ambiente virtual de aprendizagem e blog, ampliando o acesso ao material didático produzido. Espera-se estimular a capacidade dos bolsistas para a aprendizagem autônoma, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades relacionadas com espírito crítico e reflexivo, pensamento complexo e problemático, empreendedorismo e inovação, expressão e comunicação, criatividade, responsabilidade social, liderança e trabalho em equipe.

Ações de extensão, voltadas para esclarecimento e divulgação de características do curso de graduação, do perfil do egresso e das diversas profissões jurídicas, admitindo-se, inclusive, a

participação de alunos do ensino médio. Em ambiente informal, um convidado será entrevistado por bolsistas sobre aspectos de sua formação acadêmica, atuação profissional, dificuldades enfrentadas, inserção no mercado de trabalho, perspectivas para novos profissionais, remuneração, habilidades e competências, seguindo-se espaço para questionamentos. Destaque-se que a atividade também poderá ser executada com apoio de recursos tecnológicos, como web-conferência e bate-papo, viabilizando a realização de entrevistas com profissionais renomados de qualquer parte do mundo.

6.6. Contribuição da proposta para aproximação do currículo

A proposta se preocupa em criar oportunidades para que os bolsistas e demais alunos do curso apoiado possam desenvolver capacidades relacionadas com postura reflexiva, visão crítica, comprometimento social, empreendedorismo, trabalho em equipe, além de fomentar aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica. Também está preocupada em viabilizar a interdisciplinaridade. Para tanto, pretende desenvolver atividades voltadas para exame das interseções entre Direito e Bioética, que permitirá o diálogo com profissionais, estudantes e professores dos cursos Filosofia, Ciências Biológicas, Zootecnia e Medicina Veterinária.

Sabe-se, infelizmente, que os processos formais de instrução não oferecem, por si só, as qualificações específicas que o mercado de trabalho demanda. Na verdade, parece que o que o sistema produtivo necessita não apenas de pessoas muito determinadas, com sólida formação superior, mas também que associem habilidades para o trabalho colaborativo, orientado, muitas vezes, para a construção de soluções inéditas para problemas e situação distintos dos conhecidos.